O CRISTIANISMO COMO RELIGIÃO DO IMPÉRIO ROMANO E A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

CHRISTIANITY AS ROMAN EMPIRE'S RELIGION AND THE CONTEMPORARY SOCIETY

EL CRISTIANISMO COMO RELIGIÓN DEL IMPERIO ROMANO Y LA SOCIEDAD CONTEMPORÁNEA

Adriana Rodrigues Barbosa Noroefé[1]
Marli Turetti Rabelo Andrade[2]

Resumo

O cristianismo, constituído pela filosofia cristã derivada dos preceitos de Jesus Cristo, foi difundido pelo apóstolo Paulo após a morte de Jesus durante o Império Romano. No ano 313, o imperador Constantino concedeu liberdade de culto aos cristãos, então perseguidos e torturados por sua crença. O cristianismo tornou-se a religião oficial do Império Romano através de ato instituído por Teodósio. Para evitar a decadência de seu império, Constantino dividiu-o em ocidental, cuja capital era Roma, e oriental, mais conhecido como Império Bizantino, do qual Constantinopla era a capital. As diferenças culturais entre oriente e ocidente conduziram a divergências em relação ao chefe da igreja, ao culto às imagens, aos rituais, aos dias santificados e aos inúmeros direitos do clero. A igreja aliou-se aos bárbaros invasores do território ocidental, catequizou também os francos do Império Germânico de Carlos Magno, de modo que se tornou uma das maiores instituições religiosas e políticas do mundo ocidental. Dito isto, o objetivo desta pesquisa é suscitar as circunstâncias que contribuíram para elevar à Igreja à posição máxima de autoridade a partir do Império Romano.

Palavras-chave: império romano; cristianismo; sociedade contemporânea.

Abstract

Christianity, the Christian philosophy derived from Jesus Christ's precepts, was spread by the apostle Paul after Jesus' death during the Roman Empire. In the year 313, Emperor Constantine granted worship freedom to Christians, who were then persecuted and tortured for their belief. Christianity became the official religion of the Roman Empire through an act instituted by Theodosius. To prevent the decay of his empire, Constantine divided it into a Western Empire, whose capital was Rome, and an Eastern Empire, better known as the Byzantine Empire, of which Constantinople was the capital. The cultural differences between east and west led to disagreements over the head of the church, image worship, rituals, holy days, and clergy numerous rights. The church allied itself with Western territory's barbarian invaders, catechized also the Franks of Charlemagne's Germanic Empire, so that it became one of the largest religious and political institutions of the Western world. This being said, this research objective is to raise the circumstances that contributed to elevate the Church to the highest position of authority from the Roman Empire on.

Keywords: Roman Empire; Christianity; contemporary society.

Resumen

El cristianismo constituido por la filosofía cristiana derivada de los preceptos de Jesucristo fue difundido por el apóstol Pablo luego de la muerte de Jesús durante el Imperio Romano. En el año 313, el emperador Constantino les concedió libertad de culto a los cristianos, en ese entonces perseguidos y torturados por su creencia. El cristianismo se volvió la religión oficial del Imperio Romano por medio de acto instituido por Teodosio. Para evitar la decadencia de su imperio, Constantino lo dividió en occidental, cuya capital era Roma, y oriental, más conocido como Imperio Bizantino, del cual Constantinopla era la capital. Las diferencias culturales entre oriente

---

[1]Licenciando em Ciências da Religião do Centro Universitário Internacional UNINTER – Programa de iniciação científica (PIC/2022) – Área de Humanidades. E-mail: marli.an@professoruninter.com.
[2]Projeto de Pesquisa: teologia, sociologia e filosofia: diálogos orgânicos - Grupo de Pesquisa: EAD, PRESENCIAL E O HÍBRIDO: vários cenários de docência, de aprendizagem e políticas públicas (UNINTER). E-mail: marli.an@uninter.com.

y occidente condujeron a divergencias respecto al jefe de la iglesia, al culto de imágenes, a los rituales, a los días santificados y a los muchos derechos del clero. La iglesia se alió a los bárbaros invasores del territorio occidental, catequizó también a los francos del Imperio Germánico de Carlos Magno, de modo que se volvió una de las instituciones religiosas y políticas más grandes del mundo occidental. Eso dicho, el objetivo de esta investigación es estudiar las circunstancias que contribuyeron para elevar a la Iglesia a la posición máxima de autoridad a partir del Imperio Romano.

Palabras-clave: imperio romano; cristianismo; sociedad contemporánea.

1 Introdução

O Império Romano durou cinco séculos, de 27 a.C. a 476 d.C., considerado a maior civilização da história Ocidental. Situado ao longo do Rio Reno em direção ao Egito, atingia à Grã-Bretanha e à Ásia Menor. Seu poder político se concentrou nas figuras do imperador, de Otaviano Augusto a Constantino XI. Os senadores apoiavam as decisões e o poder político do imperador, mas o ponto fundamental do sucesso do Império Romano estava no profissionalismo do exército, sob o comando dos ardilosos generais, responsáveis pela expansão do Império Romano por todo o Mediterrâneo, quando Roma transforma-se de cidade-estado a Império e se estende por várias regiões da Europa, da África e da Ásia.

Na Palestina, o nascimento de Jesus Cristo estabeleceu o ano 1 da Era Cristã. A partir do governo do primeiro imperador romano, Otávio Augusto, o cristianismo foi perseguido pelo Império Romano durante três séculos, até o reconhecimento do cristianismo no governo Constantino, em 313.

A Igreja Medial assimilou e utilizou estratégias semelhantes às de imperadores romanos em relação às dinâmicas administrativas utilizadas para constituição do clero, manutenção da classe sacerdotal e em relação ao poder das articulações para sua expansão.

Contudo, ao questionar verdades até certo momento impostas, as sociedades se deparam com novas e importantes possibilidades de ser e constituir o mundo, diferentemente da ótica do teocentrismo medieval. O cristianismo se tornou, durante a Idade Média, uma das instituições mais poderosas do mundo, principalmente no Ocidente, quando ganhou contornos delineados pelos dogmas da tradição cristã.

Observamos que o declínio do Império Romano contribuiu para a igreja assumir funções do Estado. Diante disto, questionamos: quais acontecimentos contribuíram para a igreja romana assumir as funções do império? Segundo Platão (348/347 a.C.), filósofo de Atenas, o homem que deseja se tornar estadista precisa de conhecimento a respeito do bem, da moral e do intelecto. Platão considera a educação fundamental para um bom governante, de modo que não se corrompa ao chegar ao poder.

No diálogo de Platão em *A República*, o governo deveria ser exercido por filósofos, achegados à sabedoria. A sociedade estaria dividida em três classes: pessoas comuns, soldados e guardiões. Além disso, o conhecimento e o respeito à justiça deveriam nortear a organização social e afastar o mal. Portanto, a razão seria a realidade suprema, e a verdade, no campo das ideias, seria utilizada pelos guardiões que desenvolveriam estudos sobre matemática, lógica, política, leis, etc. (RUSSELL, 2015).

Portanto, observamos que herdar o poder e a estrutura organizacional do Império Romano poderia salvaguardar a sociedade de todo mal iminente advindo do caos que enfrentava. Isto posto, o objetivo geral desta pesquisa é suscitar as circunstâncias que contribuíram para a Igreja se elevar à posição máxima de autoridade a partir do Império Romano; os objetivos específicos são: a) conhecer alguns acontecimentos importantes ligados à igreja católica bem seu apogeu; b) reconhecer as circunstâncias que criaram para os sacerdotes romanos a oportunidade de se estruturarem institucionalmente, assumindo poderes de Estado, enfraquecendo o Império Romano; c) apresentar a estratégia política que mantinha o Estado e a religião com poderes harmônicos que se mantiveram após a instituição do cristianismo como religião oficial de Roma.

Antes do cristianismo, Roma era influenciada pelo paganismo, religião oficial daquela sociedade, que considerava seu líder divino. Os líderes da igreja cristã romana assumiram semelhante posição ao determinarem o comportamento social através de sua santa autoridade, de modo que suas escolhas influenciaram a estruturação daquela sociedade, decidiram os limites da liberdade de pensamento e da capacidade de compreensão da verdade.

Cumpre dizer que esta pesquisa é de caráter bibliográfico, a respeito do qual Severino (2007, p. 122) diz o seguinte:

> A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documento impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

Entre os autores selecionados para nossa pesquisa estão Russell (2015), Saviani (2003/1996/1995), Severino (2007), Eric Wolf (2003), Idel Becker (1980), Jack David Eller (2018), Kosik (1976), entre outros.

Com a contribuição desses autores, percebemos que a origem e a evolução do cristianismo estão relacionadas à expansão e evolução do Império Romano, bem como

entendemos o processo de efetivação da nova crença e o declínio de Roma após muitos anos de resistência e desenvolvimento social.

Segundo Eric Wolf (2003), o método de análise mais correto parte da quantificação das características dos fenômenos para eliminar o elemento de subjetividade humana. Entretanto, Kolakowski (1969) observa um paradoxo: se eliminados os traços qualitativos, as ideias matemáticas só podem se declarar válidas ou inválidas, mas não podem falar da existência de alguma coisa.

Eric Wolf (2003, p. 328) diz o seguinte:

> Penso que o mundo é real, que a realidade afeta o que os seres humanos fazem e o que os seres fazem afeta o mundo, e que podemos chegar a compreender os porquês dessa relação.

Portanto, consideramos as reflexões acerca do materialismo histórico-crítico. De acordo com Saviani (2003, p. 13), a essência do trabalho educativo consiste no “[...] ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. Tal percepção nos leva a compreender a religião romana em suas semelhanças com a religião dos gregos. Segundo o historiador Idel Becker (1980), ambas eram politeístas, com divindades de atributos análogos e careciam de um sentido ético, além de desenvolverem, paralelamente, um culto familiar e outro oficial. O desenvolvimento social romano, estimulado pelas guerras, e a indústria, formada por artesões, camponeses, soldados, e escravos, constituíam as classes dos patrícios e plebeus.

Segundo a visão do materialismo histórico de Eller Jack David (2018, p. 49):

> Uma das perspectivas dominantes a respeito da religião no último século e meio tem sido a de Karl Marx (1818-1883). Sua teoria identifica mais estritamente com a economia política e com a ideologia do comunismo, é na realidade uma teoria da estrutura social e da mudança social. Basicamente, o argumento de Marx foi a força propulsora, o motor, da sociedade e da cultura não são as ideias, mas a ação ou a prática. Ele estava falando sobre a maneira como os humanos se relacionam com o mundo através de seu trabalho ou labuta, e através das relações sociais, nas quais eles se organizam para realizar o trabalho.

A melhor forma de compreender a diversidade religiosa e cultural é sob a ótica da antropologia, ciência que estuda a diversidade dos seres humanos em seus corpos e seu comportamento. A antropologia da religião investiga a diversidade das crenças, práticas e instituições religiosas humanas, seus elementos em comum e universais.

2 Organização política romana

A evolução e a estabilidade da política romana se consolidou com a autoridade do Estado Romano, o rei dominava os súditos, assim como o chefe de família exercia seu poder no lar. A autoridade do pai, ou *pater familias*, derivado do termo patrício, que, segundo Idel Becker (1980), era, ao mesmo tempo, juiz, sumo sacerdote e chefe de família com direito sobre a vida e a morte de todos os membros da família.

Conforme o antropólogo Eric Wolf (2003, p. 201), a cultura primitiva estruturava-se baseada no parentesco real. Posteriormente, como resultado do contato entre duas ou mais culturas, a divisão técnica do trabalho se tornou a base da organização social:

> Senhor e servo, fazendeiro e peão, proprietário da mina e mineiro ocupam posições polarizadas no sistema das relações culturais que regulam a produção e a distribuição dos tributos, da produção agrícola e mineral. Contudo, as terras do senhor não poderiam ser aradas, nem as granjas cultivadas, nem as minas exploradas sem a necessária regulamentação cultural dessas atividades. Como em toda cultura, tais atividades e suas regulamentações devem ser apreendidas.

O culto da religião doméstica reverenciava antepassados com lâmpadas acesas e estatuetas em altares sobre os quais o pai derramava pequenas gotas de vinho, leite e mel, em um ato de *libação*, com oferendas de alimentos, comum a todos os cidadãos romanos.

O culto dos sacerdotes, segundo Idel Becker (1980), era uma espécie de contrato entre os deuses e os homens, em que estes honravam aqueles com sacrifícios de animais. O *pontífice máximo*, chefe da religião romana, era o mestre de cerimônia em reuniões presididas em colégios.

Na questão social, os primeiros anos da República foram de muita pobreza e ruína econômica, as guerras diminuíram o rendimento do campo, os inimigos saquearam e incendiaram propriedades, os plebeus sofriam devido às condições severas de empréstimos com juros rigorosos, e travou-se um conflito entre plebeus e patrícios. Com guerras e muita luta, conforme Idel Becker (1980), estabeleceu-se igualdade civil, leis comuns referentes à organização familiar e à propriedade, além de estruturação política e igualdade religiosa que permitia integrar os colégios sacerdotais. Ademais, com a conquista da Lei das XII Tábuas, a plebe exigiu um código de leis escritos, gravado em bronze e exposto publicamente, no Fórum.

Economicamente, os artesões superaram os camponeses ao conseguirem poder político, de modo que o Império Romano se tornou essencialmente comercial e escravizava os conquistados. Roma controlava as províncias, politeístas. O cargo de governante era vitalício e seu poder se estendia por terras conquistadas através de guerras.

Os imperadores romanos que marcaram sua passagem foram: Otaviano Augusto (primeiro imperador romano, responsável pela expansão de território); Cláudio (conquistou a

Grã-Bretanha); Nero (foi excêntrico e perseguiu os cristãos); Tito (destruiu o Templo de Salomão); Trajano (conquistador de territórios); Adriano (conteve os bárbaros com a construção da Muralha de Adriano ao norte da Grã-Bretanha); Diocleciano (dividiu o Império Romano entre oriental e ocidental); Constantino (proibiu a perseguição contra os cristãos); Rômulo Augusto (último imperador romano); Constantino XI (último imperador romano oriental, morreu durante ataque dos turcos).

Segundo os historiadores, Roma surgiu do agrupamento de pastores que viviam às margens do Rio Tigre, onde atualmente é a Itália. Por volta do século VI a.C., Roma foi dominada pelos etruscos, de origem grega, mas conquistou sua liberdade quando se transformou em cidade-estado monárquica. Entretanto, com os constantes desacordos, conheceram a república e seu poder colonial, político e militar.

Nesse sentido, o trabalho do poder colonial, político e militar se tornou atividade mediadora entre o indivíduo e a cultura humana, atividades exercidas de forma intencional e com a finalidade de garantir o desenvolvimento social gerado pelo processo histórico. O estabelecimento de uma relação consciente com as atividades determinadas assume o compromisso histórico de preparar as novas gerações, segundo Saviani (1995), quanto à produção e reprodução da própria sociedade.

3 O cristianismo no Império Romano

Na Palestina, entre o povo judeu, nasce uma nova religião, o cristianismo, que ganhou muitos adeptos no século IV. Seu fundador, Jesus de Nazaré, reconhecido como *Khristós*, o messias, da casa de David e Abrão, pregou entre os hebreus no período do Imperador Tibério, ocasião em que a Palestina estava sob domínio romano. Com a morte de Jesus, os apóstolos mantiveram a pregação da sua doutrina, principalmente nas regiões da Síria, Ásia Menor, Grécia e Macedônia, nas civilizações gregas, que propagaram o cristianismo no idioma grego.

Por 240 anos, entre 64 e 303, a igreja católica perseguiu e torturou cristãos. Segundo Arruda (1985), a primeira perseguição foi empreendida por Nero no ano 64, e Diocleciano foi o responsável pela última e mais violentas das perseguições até o ano 303. Nesse contexto histórico de brutais perseguições, os cristãos se reuniam para seus cultos nas catacumbas de Roma, de modo que a crença se expandiu no subterrâneo das cidades, principalmente Roma, apesar dos milhares de seguidores martirizados, crucificados, ou atirados às feras na arena dos circos.

Contudo, em 312, o Imperador Constantino, convertido ao cristianismo, aproximou os cristãos da estrutura de seu império. Segundo Veyne (2010, p. 14), sem Constantino, o cristianismo teria permanecido seita de vanguarda, sem atingir expressiva parcela da sociedade.

Sobre o paganismo e o cristianismo, Veyne (2010, p. 29) diz o seguinte:

> Com a maior facilidade, Constantino quebrou o equilíbrio entre as duas religiões, menos se voltando contra o paganismo do que favorecendo os cristãos, mostrava a todos os súditos que seu soberano era cristão, qualificava o paganismo de baixa superstição em seus textos oficiais e reservava as tradicionais liberalidades imperiais à religião cristã (mandou construir muitas igrejas e nenhum templo pagão. Porque, ainda que o paganismo continuasse a ser uma religião lícita e que Constantino fosse como todo imperador, o Grande Pontífice do paganismo, ele se conduzia em todos os domínios, como protetor dos cristãos e somente deles.

O Imperador Constantino, em 313, concedeu liberdade de culto aos cristãos e, em 380, o Edito Tessalônico, do Imperador Teodósio, proclamou o cristianismo religião oficial do Estado. Em 391, o Edito de Milão, de Teodósio, colocou o paganismo fora da lei. A vitória do cristianismo foi proclamada, principalmente porque Constantino, ao atribuir sua vitória sobre Maxêncio ao Deus cristão, após a batalha na Ponte Milvia, em 312 d.C., não apenas adotaria a Igreja Católica, mas lhe daria uma estrutura privilegiada em relação às demais religiões.

O Edito de Milão foi um acordo entre Constantino, imperador do ocidente, e Lecínio, imperador do oriente, com o intuito de equiparar o tratamento dispensado a cristãos e pagãos, de maneira que consolidou, no oriente, o respeito aos cristãos. A concentração de poder nas mãos do alto clero criava certa intolerância relativa às demais religiões. Esta associação entre a igreja e o Estado assegurou monoteísmo e grande influência do papel da igreja. Criou-se a identidade romano-cristã que influenciou o poder político, social e econômico da idade medieval. A respeito da identidade romano-cristã, Silva (2005, p. 167 apud MEDEIROS, 2012, p. 55) diz o seguinte:

> O pilar da identidade romano-cristã será a figura do imperador do basileus, cuja missão celeste reside em fazer triunfar a fé cristã sobre o *orbis terrarrum*, [...] o imperador é um vencedor pela fé que professa. Sob esse ponto de vista, a ortodoxia religiosa equivale à ortodoxia política, de modo que o desviante em matéria de religião será encarado como um inimigo do Estado Romano representado pelo *basileus*, um inimigo da própria monarquia, um subversivo, um traidor.

O cristianismo, no período do Império Romano, foi um processo de grandes mudanças de crenças, costumes e cultos, que envolveu reis, nobres, súditos e a soberania da igreja. A conquista dos pagãos estava relacionada às mudanças sociais, a ações políticas e econômicas. Há vários autores que concordam que o Imperador Constantino foi o responsável por tal feito,

isto é, colocar o império à disposição da obra cristã, organizando seu governo numa estrutura coesa à da igreja, com os bispos, sacerdotes e a população.

Constantino não encontrou uma igreja unânime — pelo contrário, os bispos defendiam certos posicionamentos em favor de sua província, o que dificultava a conciliação. Entretanto, houve entendimento sobre a fragilidade e a possibilidade de união entre as lideranças cristãs, bem como de integração entre Estado e religião. Neste contexto, a organização interna da igreja se institucionaliza e constituía a hierarquia dos trabalhos cristãos, principalmente em relação aos sacerdotes estudiosos, que deveriam esforçar-se por legitimar a religião e adaptar costumes e crenças da população. Tal movimento estabelece a identidade dos cristãos e articula o envolvimento da sociedade romana na religião, além de estreitar relações com o poder imperial.

Esse contexto histórico proporciona a oportunidade da organização eclesiástica. Segundo Idel Becker (1980), não havia distinção entre clero e leigos. No século II, surge a figura do Bispo de Roma como supremo da cidade, isto é, a autoridade sobre a província, posteriormente denominada *Papa*. Surgiram os monges e os mosteiros sob as leis e a ordem do clero regular, enquanto sacerdotes, bispos e arcebispos eram regidos por leis e ordem do clero secular.

Entretanto, várias divergências intelectuais se manifestaram, muitos defendiam que Maria era Mãe de Jesus e não de Deus, enquanto outros rejeitavam o dogma da Santíssima Trindade. Além de discutirem sobre a divindade de Jesus, diziam que Jesus não era igual a Deus.

A divisão sobre o entendimento da religião resultou em assembleias de bispos, conselhos ecumênicos, como o Concílio de Niceia, a fim de atingir consenso sobre tais impasses. Os que não aceitavam as deliberações dos conselhos eram tratados como hereges.

Com a morte de Nero, a guerra civil prosperou e provocou anarquia militar que durou quase todo o século III, em que reinou miséria, fome e descaso que aumentaram a vulnerabilidade em relação à influência do pensamento oriental, com suas concepções filosóficas aplicadas ao modo de vida, com rituais orientais adotados pelos imperadores a partir de Diocleciano.

O materialismo histórico-crítico compreende os fenômenos humanos e sociais em sua totalidade, no contexto histórico no qual se desenvolvem. Segundo Saviani (2003/1996), os problemas se apresentam no contexto social e podem ser investigados, analisados e compreendidos à luz da perspectiva histórica e crítica. Conforme Kosik (1976), o conhecimento da essência da realidade não ocorre através da experiência imediata, mas por meio da percepção que relaciona fatores influenciadores e determinantes das manifestações fenomênicas. Portanto,

o método histórico-crítico analisa as contradições existentes entre a essência e a aparência, averiguando relações entre as partes e o todo para compreender a totalidade do fenômeno.

4 A queda do Império Romano

No século II, as legiões romanas lutam entre si numa crise social e econômica, e os bárbaros invadem o Império Romano. Idel Becker (1980, p. 216), entre outros fatores da crise do império romano, aponta: o custo sempre crescente dos exércitos e dos trabalhos públicos; burocracia dissoluta; uma corte de parasitas; a opressão imposta à agricultura; a drenagem dos metais preciosos para o Oriente; o desânimo dos intelectuais.

A administração pública, o controle e a gestão do império, assolado pela corrupção, bem como as invasões dos bárbaros, geravam um custo muito alto para os cofres públicos, resultavam na criação de elevados impostos, além da construção de pontes, aquedutos, estádios e banhos públicos. A expansão do cristianismo, que não admitia outros deuses, está entre as justificativas para a crise do império, a redução de escravos, de batalhas e de conquistas de novos territórios e renovação de escravos. Com a invasão dos bárbaros, a moeda desparece de circulação e volta a troca de mercadorias, consumidas por calamitosas pestes, além da difusão da malária, do declínio da indústria e do comércio entre a luta de classes, bem como da ruína dos senhores feudais e do feudalismo.

É importante conhecer as circunstâncias que proporcionaram aos sacerdotes romanos oportunidade de se estruturarem institucionalmente, assumindo poderes de Estado assim que o Império Romano começou a enfraquecer e se desestruturar.

A igreja se manteve coesa em todas as turbulências do Império Romano, libertou-se do domínio de reis e dos senhores feudais e impôs autoridade moral e política sobre a desordem social. Os senhores feudais cobiçavam a riqueza eclesiástica e interferiam na eleição dos bispos, arcebispos e na designação dos Papas. A reforma da igreja começou a ser cogitada, no século XI, pelos austeros monges beneditinos.

Em 1059, o Papa Nicolau II liberou a designação dos Papas, com a criação do Colégio Cardilíaco, e Gregório VII foi eleito e iniciou a reforma da igreja, excomungou sacerdotes casados e a igreja estabeleceu o Tribunal de Inquisição. Entretanto, o Cisma Grego, ou seja, a Igreja Bizantina, separou-se e originou duas igrejas cristãs, a oriental ortodoxa e a ocidental ou católica.

No entanto, além da missão religiosa da igreja católica, que também desempenhava função cultural, social e jurídica, geralmente os camponeses e os nobres não eram afeitos aos

estudos, eram analfabetos e muito rudes. Os nobres gostavam de guerras, vida de luxo e prazeres. A educação ficava nas mãos do clero, que formava professores, criava escolas nas paróquias. Segundo Idel Becker (1980), o ensino era gratuito e ministrado em latim. Os serviços sociais registravam nascimentos, casamento e falecimento, cuidavam das viúvas, dos órfãos e dos doentes, e, a partir do século XII, criaram-se hospitais hoje chamados Santa Casa (Casa de Deus), além de manterem tribunais eclesiásticos. Ademais, conservavam a unidade espiritual dos europeus longe dos muçulmanos e do império bizantino. A igreja católica foi um grande centro de estudos sobre a cultura dos povos durante a Idade Média.

A solidariedade mantinha a comunidade cristã unida. Magníficas igrejas e basílicas eram espaços para reunir homens e mulheres de todas as classes sociais em busca da misericórdia de Deus. Os bispos adquiriram grande influência em suas paróquias, de maneira que a função do cristianismo no governo de Constantino era colaborar com o império e os grandes proprietários de terra, impor lei e ordem para os camponeses se comportarem exemplarmente.

A igreja prosperava economicamente por doações e dispensa, concedida pelo Estado, das obrigações fiscais e militares. Além dos castelos e das aldeias rurais, isto é, das populações nobres e dos camponeses, existiam na Europa Ocidental cidades ou pequenos burgos, cujos habitantes eram chamados burgueses, que mais tarde originaram à respectiva classe social. As cidades começaram a se desenvolver no século XI, quando também eram chamadas de vilas, emancipadas do controle dos senhores feudais, onde posteriormente se proliferariam a indústria e o comércio.

Lembrando das invasões dos bárbaros e do anarquismo dos feudos, segundo Idel Becker (1980), as atividades econômicas renasceram das cruzadas, que mantinham a navegação do Mediterrâneo, o comércio e o crescimento da população de pequenos núcleos junto dos castelos.

Com as cidades, a manufatura dos objetos, mais tarde chamada indústria, tornou-se explorada pela população urbana, ou seja, os burgueses. Conforme Idel Becker (1980), a prosperidade se instalou em Itália, Pisa, Veneza, Florença, e Milão, que mantinham negócios com o Império Bizantino e cidades muçulmanas como Cairo, Damasco e Bagdá. A riqueza material foi o foco e objetivo supremo dos burgueses. A igreja considerou admissível o direito ao lucro variável, de acordo com oferta e demanda, fato que contribuiu para enfraquecimento do feudalismo, assim como a criação das universidades europeias e o consequente aprofundamento dos estudos sobre a questão do direito canônico (da igreja) e do direito romano (dos juristas).

Tal percurso merece uma reflexão filosófica para determinarmos as raízes do problema, porquanto não basta uma visão superficial, imprecisa e fragmentária para analisar criticamente as circunstâncias que se apresentam à dinâmica que determina sua manifestação como fenômeno na realidade. Conforme Kosik (1976), a realidade ou a essência do fenômeno não se apresenta de modo imediato ao homem, mas por meio do esclarecimento das relações existentes entre a essência e o fenômeno, entre o todo e as partes. Deste modo, compreende-se a realidade nas suas determinações e na sua totalidade.

O cristianismo oficializado como religião do Império estabeleceu a igualdade entre os patriarcas da igreja cristã. Porém, atribuiu-se autoridade especial ao bispo de Roma instituído pela igreja e empoderado pela divindade cristã, diretamente de cristo, monopolizando a comunicação com Deus.

5 O Estado e a religião

O Estado e a religião mantinham poderes harmônicos a partir da constituição do cristianismo como religião oficial de Roma. Apesar das universidades, no século XII, a teologia se devotou ao conhecimento de Deus e da religião cristã, enquanto a filosofia dedicou-se ao conhecimento do mundo e dos homens. A escolástica foi uma importante escola de filósofos e teólogos que, como São Tomás de Aquino, dedicaram-se a demonstrar a relação entre fé e razão, adotando os conhecimentos de Aristóteles.

Com o Renascimento, inicia-se a Idade Moderna, os humanistas rompem com o pensamento religioso e a invenção da imprensa torna os livros mais acessíveis. O Papa Nicolau V (1447-1455) reuniu mais de 5 mil manuscritos para a biblioteca do Vaticano.

Nesse contexto histórico, as cruzadas e a imprensa conseguiram enfraquecer o feudalismo e aumentar o poderio burguês, sedentos pela aquisição de conhecimentos.

Iniciou-se a era dos descobrimentos geográficos e das grandes invenções. O cristianismo se propagou e a construção naval prosperou financiada pela classe burguesa, fator social relevante, assim como a questão política na substituição dos Estados feudais por Estados nacionais, com recursos para o desenvolvimento marítimo.

A Escola de Sagres, em Portugal, reuniu geógrafos, cosmógrafos, cartógrafos, matemáticos e marinheiros e criou as oficinas para construção naval. O descobrimento da América foi inevitável, período de grande variedade de mercadorias e aumento do comércio.

Na Idade Moderna, a origem do capitalismo está associada à Revolução Comercial. Enquanto na Idade Antiga a riqueza estava nas mãos dos nobres e das castas sacerdotais, na

Idade Média a riqueza estava sob domínio do alto clero e dos senhores feudais. Na Idade Moderna, os banqueiros vivem da renda de seu capital, entretanto, a indústria e a agricultura continuam com os senhores feudais, que possuem terras, maquinário e meios de produção para tanto. Na sociedade contemporânea, segundo Idel Becker (1980), a característica principal é a empresa privada, com liberdade para transitar entre mercados e transações comerciais lucrativas.

Na Idade Média, o comércio era estático e apenas a serviço da sociedade. No capitalismo, a produção e o comércio são dinâmicos, principalmente por conta do desenvolvimento bancário e da disponibilidade de depósitos, empréstimos e crédito. Com o declínio da nobreza, a ascendente burguesia exigia direitos políticos. Embora possuísse a terra e os lucros da exploração agrícola, a nobreza perdeu força como classe dominante.

Na formação do Estado Moderno, os direitos romanos foram renovados, com impostos, exército nacional, justiça real, e moeda real, além de trazer a Reforma e a Contrarreforma, no campo religioso.

A Reforma foi um movimento religioso e político do século XVI que rompeu a hegemonia católica. Seu principal personagem foi o monge alemão Martinho Lutero, crítico dos privilégios da nobreza e do clero. A igreja católica adotou as mudanças e a correção de problemas de disciplina e ética no clero católico, em busca de purificação e santificação dos fiéis. A Reforma Protestante se originou da venda de indulgências do clero alemão, que apresentava desvios e abusos de comportamento.

> Martinho Lutero, doutor em Teologia (1512), e como professor na Universidade de Wittenberg, Lutero passou a estudar a Bíblia com seus alunos, discutindo temas teológicos decisivos, como o valor das indulgências para o perdão de pecados (NATEL, 2016, p. 27).

Tal episódio revelou o comportamento dos reis e nobres, que viram na Reforma um modo fácil de assumir os domínios das propriedades do clero, entre as quais, segundo Idel Becker (1980), constava 1/3 da Alemanha e 1/5 da França. Junto com os impostos que esgotavam os trabalhadores da terra, a política do lucro econômico enriquecia a classe média Italiana; nas causas religiosas, a venda de cargos eclesiásticos, de indulgências, além da liberdade de pensamento, da leitura direta do livro sagrado, e a própria interpretação no desenvolvimento do espírito crítico; na causa social, significa a liberdade dos alemães em relação aos senhores eclesiásticos, promovendo para os artesãos e camponeses uma situação financeira melhor.

Carlos V, que na ocasião era Imperador Romano Germânico, exigiu a retratação de Lutero, que fugiu para o Castelo de Wartburg até a morte do Papa Leão X. Lutero fez a tradução da Bíblia para o alemão moderno a fim de torná-la acessível a todos e promoveu a igualdade, libertação dos servos e a reivindicação dos camponeses e cavaleiros. Lutero, em suas reivindicações proclamava a salvação por meio da fé, e a fonte da fé era a Bíblia, cuja interpretação era livre para todos os fiéis. Além disto, não reconhecer o Papa como autoridade máxima da igreja, suprimir as imagens, o culto aos santos, e outros aspectos relacionados aos dogmas da igreja. O luteranismo se espalhou aos poucos, chegou à Suécia, Noruega e Dinamarca.

Os Papas, como Paulo III, Paulo IV, e Pio V, começaram a trabalhar na contrarreforma. Então, fundou-se a Companhia de Jesus, reorganização do evento que ocorreu na Inquisição e do Concílio de Trento (1545-1563), convocado pelo Papa Paulo III, concílio ecumênico, que contou com representantes Italianos, Espanhóis, Franceses e Alemães. Isto resultou na fundação da Companhia de Jesus (1540), estabeleceu muita ação por parte dos Jesuítas, de modo que surgiram escritores, professores e missionários como Antônio Vieira, Inácio de Loyola e outros, dedicados à cultura, teologia, filosofia e outros campos de conhecimento.

Na Idade Contemporânea, a burguesia teve sua ascensão durante o século XVIII e se tornou classe econômica dominante em vários setores, como entre os comerciantes, industriais, banqueiros, e, na sequência, os trabalhadores liberais, como os professores, intelectuais, médicos, advogados, outros e funcionários públicos. Acoplados ao poderio dos nobres, adquiriam poder político, riqueza, cultura, poder econômico, e combatiam o monopólio das companhias privilegiadas, controle de salários, de preços e da importação de matéria-prima, até a Declaração de Diretos do Homem.

No Império Napoleônico (1804-1814), no plano social e na criação da Universidade da França (1808), o ensino foi formulado em três ciclos: primário, secundário e superior, com a instalação de escolas primárias em todas as cidades e da Escola Normal, em Paris. Corrigiu-se a abolição da escravatura e a revogação da primogenitura. Com a Revolução Industrial, acontecimento ocorrido na Inglaterra dos séculos XVII e XVIII, o desenvolvimento da ciência e tecnologia se estende até atualmente.

Vários acontecimentos alteraram a cultura europeia e influenciaram os povos latino-americano em todos os campos de conhecimento, principalmente em relação à religiosidade. No cristianismo moderno, a doutrina social da igreja católica originou a *Encíclica Rerum Novarum* (1891), concebida pelo Papa Leão XIII, chamado “Papa do proletariado”. De acordo com a caridade do evangelho, considerou-se os filhos o maior bem material do homem, num

período de abusos dos capitalistas sobre os direitos dos patrões e empregados. Nesse caso, a igreja oferece apoio de caráter humano e de cunho divino, apregoando que a desigualdade social é necessária e conveniente para o ser humano, na relação entre o capital e o trabalho, por vezes debatida pelo materialismo histórico. Tais circunstâncias geram a nova *Encíclica Carta do Trabalho*, uma verdadeira legislação social, contendo argumentos sobre salário justo, jornada de trabalho, previdência social e a legitimidade da associação de representantes da classe trabalhadora.

Sobre a influência da religiosidade popular latino-americana, Nascimento (2009) diz que o termo religiosidade popular se refere à interpretação do povo na relação que estabelece com o sagrado, entre crenças, formas de culto e devoção semelhantes, as origens das diversas doutrinas da liturgia católica, no saber popular. O autor relembra a influência espanhola e portuguesa, os ritos locais ameríndios, e africanos, que se referem a essa questão. Uma diversidade cultural e religiosa, resultado da preocupação dos povos com a colheita, chuvas, saúde e morte. Esse diálogo alcança os grupos, locais e globais, nos padrões culturais. Os missionários, preocupados em garantir a salvação dos povos, empreenderam esforços de catequização religiosa e enfrentamento com as demais doutrinas religiosas. De modo geral, os camponeses, os pobres, os índios, os africanos, e os demais descendentes que vieram morar nas colônias conquistadas constituíram um catolicismo mestiço. Os complexos conceitos teológicos da religião católica tratados pelos sacerdotes dificultavam a transmissão e a expressão de seus valores às camadas sociais mais populares. Segundo Boschi (1986), não raro, até mesmo leigos eram usados para visibilidades de status social, efetivamente de culto e adoração. A popularização da doutrina e os movimentos de leigos relacionados ao *Concílio Vaticano II* se preocuparam em diminuir a distância entre o que a igreja ensina e o que move à crença do povo.

> O Concílio Vaticano II, chega à raiz do conflito ao coloca a clara e decididamente a autoridade da Palavra divina acima das interpretações eclesiásticas e, consequentemente, a "obediência ao Deus que se revela" acima da autoridade da hierarquia da igreja. Uma verdade nunca negada, mas obscurecida de muitas formas na prática das relações do ministério eclesial com o povo cristão (FREITAS, 2006, p. 2020).

A interpretação da letra carente do espírito significa negar a palavra divina, que é viva e se renova constantemente, submetendo-a a soberania e liberdade de expressão duvidosa, sem conciliar ao espiritual e ao divino. Uma relação do Cristo com a sociedade, da qual o clero deveria escolher o caminho do poder, ou proclamação do evangelho a todos que nasceram do coração de Deus. É uma forma de compreender do que se trata a religião.

6 Considerações finais

Compreendemos a ideia de que a igreja católica sobreviveu à queda do Império Romano, ocupando seu lugar com o poder do conhecimento nas mãos. Na verdade, a igreja conquistou liberdade de pregação do cristianismo nas áreas social, política e econômica, sobrevivendo a todas as intempéries relacionadas aos reis, nobres e à população geral.

Com o nascimento de Jesus Cristo, nasce o cristianismo. Os cristãos, perseguidos durante séculos pelo Império Romano, tornam-se finalmente reconhecidos pelo Imperador Constantino, em 313. Neste contexto, a igreja católica se reestrutura administrativamente, em relação à manutenção da classe sacerdotal e expansão de adeptos, do número de igrejas e para o desenvolvimento intelectual dos sacerdotes.

Movidos pela fé, os cristãos, no período medieval, seguiam os padrões éticos do cristianismo, temiam a conduta do pecador e o castigo após a morte. A igreja medieval, dos séculos V e XV, teve um importante papel. Na economia rural, na origem do feudalismo, os sacerdotes foram obrigados a deslocar-se para o meio rural a partir das doações de imóveis e terras, bancadas pelos nobres. A organização social era de base militar, e a função da igreja era preservar a ordem e a paz, necessitando desenvolver, além do direito canônico, inúmeras relações com as instituições sociais e suas leis.

A organização clerical era simples, cada comunidade possuía um bispo, os padres eram responsáveis pelo ensino e pelos rituais, bem como pelo comando e auxílio direto à população. As inúmeras paróquias formavam a diocese e várias dioceses formavam a arquidiocese, dirigida pelo arcebispo, e na hierarquia maior o Papa era chefe da igreja. Nos mosteiros, a partir do século VI, surgiu a Ordem dos Beneditinos, que faziam voto de pobreza e obediência e se ocupavam dos doentes e do ensino. A Ordem dos Franciscanos tinha o controle do saber, domínio da leitura e escrita, exercidos pelos padres, bispos, abades e monges. Os mosteiros possuíam bibliotecas e escolas, preservaram a cultura greco-romana, e os textos escritos em latim, língua oficial da igreja. No século VIII, a igreja constituiu o seu próprio Estado, quando Pepino, o Breve, doou terras em Roma, no atual Vaticano.

Nesse contexto, as orientações contrárias aos dogmas da igreja católica, eram chamadas hereges. No século XII, Pedro Valdo, mercador de Lyon, na França, pregava que, para salvar a alma, o fiel não precisava dos padres, mas obedecer a Deus, e foram perseguidos pela inquisição, chamado de Tribunal do Santo Ofício, responsáveis pela morte de judeus, árabes e cristãos estimados como hereges. Os fiéis a Pedro Valdo foram excomungados pela igreja e negavam a autoridade do Papa, contestavam os dogmas da igreja, como o purgatório, o culto

aos santos, e as relíquias da igreja, e recomendavam a leitura da Bíblia, o que levou a traduzi-la em outros idiomas, influenciando definitivamente a reforma Protestante.

O período medieval consolidou o processo do cristianismo e estabeleceu a organização da igreja, de modo que o cristianismo se firmou no interior da Europa, espalhando-se por todo os continentes. Por volta de 325, os membros da igreja se reuniram e promoveram o Concílio de Nicéia. O Imperador Caio Flávio Valério Constâncio (250-306) governava o Oriente e o Ocidente, do qual compareceram 320 bispos, da Ásia Menor, Palestina, Egito, e Síria, com a maior parte dos bispos do Oriente, confirmando a união da cristandade e a divindade de Cristo.

No século V, a hierarquia clerical seria oficialmente sustentada pelos padres, subordinados pelos bispos, unindo os adeptos da cristandade ocidental. A igreja reconhece que o período medieval trouxe valores espirituais, valorizando as condições da vida material e espiritual, quando foram assimilados os dogmas da igreja, como o medo da morte, o medo do inferno, o pecado do sexo e outros, e a utilização das imagens, instrumento didático relacionados ao pensamento cristão para maior compreensão da população.

Os valores cristãos ampliaram o papel da igreja e, consequentemente, o trabalho dos sacerdotes. Muitos nobres entregavam suas propriedades para igreja como forma de abnegação, caso em que davam maior poder nos campos político e econômico sobre o regime feudal. Evidentemente, tais ações, valores e práticas religiosas foram determinantes para a igreja atingir tal poder. Levando em consideração as negociações do cristianismo por novos hábitos, crenças e eliminando as civilizações pagãs, ampliando o númaro de adeptos ao cristianismo. A luta pela hegemonia da igreja buscou apoio na doutrina oficial, passando pelo Cisma do Oreinte, e a divisão entre a igreja católica e a igreja bizantina. A estratégia, estabelecida pela igualdade civil, as leis comuns, a organização familiar e da propriedade, organização política e a organização religiosa, que permitiu integrar os colégios sacerdotais, foram decisivas na revolução cultural e religiosa da idade medieval, construindo uma linha de raciocínio que nos permita fazer a conexão entre o real objetivo que influenciava a conduta dos imperadores e as suas decisões quanto às demandas políticas, sociais e religiosas.

Entre essas decisões, a do Imperador Constantino e suas aspirações ao conceder liberdade de culto à religião cristã, que a partir deste momento não apenas se desvincularia de seu modelo primitivo, como criaria as chances para, por meio da fé, deslocar o poder império às mãos do clero. Nos séculos XV e XVI, e as profundas transformações, na Idade moderna, os processos de aprendizagem deixam de ser de responsabilidade da igreja e a classe dominante passa das mãos da nobreza para a burguesia.

Referências

ARRUDA, J. **História Antiga E Medieval**. 8. ed. São Paulo: Ática, 1985. Disponível em: https://doceru.com/doc/55essxv. Acesso em: 25 out. 2022.

BECKER, Idel. **Pequena História da Civilização Ocidental**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1980.

BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder** — irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.

CARINS, Earle Edwin. **O Cristianismo através dos séculos**: uma história da igreja cristã. Trad. Israel Bel de Azevedo e Valdemar Kroker. 3. ed. São Paulo: Vida Nova, 2008.

CARLAN, C. U. Política e cultura. Constantino e o poder da imagem. **História**: Questões & Debates, Curitiba, n. 52, p. 233-245, jan./jun. 2010. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:z8Me0G0t9s0J:https://revistas.ufpr.br/historia/article/download/18936/16142+&cd=11&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 25 out. 2022.

CARLAN, C. U. Vida e morte no mundo antigo: a tetrarquia e a última perseguição aos cristãos (303 – 311). **Heródoto**: Revista do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Antiguidade Clássica e suas Conexões Afro-asiáticas, [*S. l.*], v. 3, n. 1, p. 413-421, 2018. DOI: 10.31669/Heródoto. v3i1.358.

CARVALHO, Leandro. História da Igreja Católica. **Brasil Escola**. [*S.l.*: *s.d.*]. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/historiag/influencia-igreja-historia.htm. Acesso em: 25 out. 2022.

CASTOLDI, L. **A Igreja Que Conquistou Um Império**: a história da Ascensão Do Cristianismo No Império Romano. 2014. Monografia (Licenciatura em História) — Centro Universitário Univates, Lajeado, 2014. Disponível em: https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/625/1/2014TicianoSauloScavazzaCastoldi.pdf . Acesso em: 25 out. 2022.

ELLER, Jack David. **Introdução à antropologia da religião**. Trad. Gentil Avelino Titton. Petrópolis: Vozes, 2018.

FREITA, Maria Carmelita de (org.). **Teologia e Sociedade**: relevância e funções. São Paulo: Paulinas, 2006.

KOSÍK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MEDEIROS, Edalaura Berny. **Ser Cristão no século IV**: identidade em história Eclesiástica de Eusébio de Cesareia. 2012. Dissertação (Mestre em História) — Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

NASCIMENTO, Mara Regina do. Religiosidade e cultura popular: catolicismo, irmandades e tradições em movimento. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 1, n. 2, 2009.

NATEL, Ângela. **Teologia da Reforma**. Curitiba: Intersaberes, 2016.

RUSSELL, B. **História da Filosofia Ocidental** – Livro 1: a filosofia Antiga. Tradução Hugo Langone. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 12. ed. Campinas: Autores Associados, 1996.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 30. ed. Campinas: Autores Associados, 1995. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Daniel Neves. Heresia dos valentes. **Brasil Escola**. [*S.l.*: *s.d.*]. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/historiag/heresia-dos-valdenses.htm. Acesso em: 25 out. 2022.

SILVA, Gilvan Venturada. **Reis, santos e feiticeiros**: Constâncio II e os fundamentos místicos da basileia (337361). Vitória: Edufes, 2003.

VEYNE, Paul. **Quando o Nosso Mundo se Tornou Cristão**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Citado na dissertação de: Medeiros, Edalaura Berny Ser Cristão no século IV: identidade em história Eclesiástica de Eusébio de Cesareia. /Edalaura Berny Medeiros; Orientador: Fábio Vergara Cerqueira. –Pelotas, 2012. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://wp.ufpel.edu.br/ppgh/files/2016/09/dissertacao-edalaura-medeiros.pdf. Acesso em: 22/07/2022

WOLF, Eric. **Antropologia do Poder**. Bela Feldman Bianco e Gustavo Lins Ribeiro (Org.). Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: editora UNICAMP, 2003.